

## A NAÇÃO CONSTRUÍDA NO DIA A DIA DAS NOTÍCIAS: O INÍCIO DAS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Fabrizio de Sousa Morais\*

Vinte e um de abril de 1972 foi a data escolhida para o começo das comemorações, ela tem um grande significado. O dia do martírio de Tiradentes é o prólogo do Sesquicentenário, merecendo uma atenção toda especial dos jornais. A abertura recebe o nome de Encontro Cívico Nacional.

Uma das primeiras notícias sobre o princípio das comemorações foi veiculada no **Jornal do Brasil (JB)**, publicada no Dia do Fico (9 de janeiro). Ele se utilizou das palavras de Pedro Calmon, presidente do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), para anunciar uma das principais características da abertura desse encontro, a de que ele ocorrerá “... em todos os pontos do país” (*Instituto Histórico e geográfico ouve Valadão e comemora o fico*, 9 jan. 1972, p. 3). É a ideia de simultaneidade que serve de guia para a análise desse evento.

Boa parte das notícias se preocupa em mostrar a programação do dia 21 e conclamar a população a participar dos festejos nos mais diferentes lugares do país e ao mesmo tempo. Na empreitada de unir o poder e o tempo, o capitalismo editorial foi fundamental (cf. ANDERSON, 2008, 35-70). Para Anderson (Ibidem, p. 104), “... a própria concepção do jornal supõe a refração dos ‘fatos do mundo’ num certo mundo imaginado de leitores do vernáculo, e quão importante para essa comunidade imaginada é a ideia de uma simultaneidade sólida e constante ao longo do tempo”. Com o intuito de destacar essa coincidência temporal, usarei também jornais paulistas e paraibanos.

Com a proximidade do Encontro Cívico Nacional, as notícias sobre as comemorações se intensificam. Do mesmo modo que são destacadas as notícias que se relacionam com o traslado dos restos mortais de d. Pedro I, trazidos de volta para o Brasil. Não por completo, vale enfatizar, pois seu coração ficou em Portugal, na cidade do Porto.

A viagem a bordo do paquete português Funchal começou no dia 10 de abril e terminou no dia 22 daquele mesmo mês. O **JB** mandou três enviados especiais (Carlos Alfredo Macedo Miranda, Humberto Borges e Evandro Teixeira) para Portugal. Eles foram os responsáveis pela cobertura dos preparativos para o retorno do imperador. Suas matérias narravam o dia a dia dos acontecimentos que antecederam o embarque e também a própria viagem, já que fizeram parte da comitiva de 17 jornalistas que acompanharam o retorno.

As várias matérias publicadas são assinadas pelos três jornalistas, dentre elas destaco a que relata um pouco da monotonia dos 12 dias da viagem. Mesmo o esquema criado para que a cada dia fosse divulgada uma notícia diferente, com o intuito de quebrar a apatia e conseguir criar algum fato novo, não acabou com a pasmeira. A situação dos jornalistas parecia ser dramática. Das 400 pessoas a bordo, apenas o chefe de gabinete do Ministro da Informação e Turismo de Portugal poderia dar entrevistas e as mesmas tinham os seus temas predefinidos, a saber: o programa a ser cumprido no Brasil, os horários dos eventos, os trajes que seriam usados e mais nada. A única parada foi na ilha de Cabo Verde, descrita da seguinte forma:

A descida em Cabo Verde, na sexta-feira, foi um alívio geral. A estadia de quatro horas na pequena ilha seca e poeirenta, mas linda como um lugarejo qualquer do interior da Bahia, transformou-se numa festa para os nativos, uns crioulos plásticos, que batem palmas e sorriem de orelha a orelha o tempo todo quando podem ver um Presidente da República. E que adoram quando descobrem que os brasileiros falam igualzinho a eles.

\* Professor do IFPB – Campus Patos. Doutor em História, UFPE.

Mas depois viria o sábado, e viria o domingo, e viriam outros dias recheados do mesmo tédio de antes (MIRANDA; BORGES; TEIXEIRA, 24 abr. 1972, p. 30).

Durante a jornada reinou o marasmo e esse foi aguçado pelas amarras dos regimes autoritários que vigoravam nos dois países<sup>1</sup>. Com poucas possibilidades de fugir do roteiro, a breve pausa em Cabo Verde acabou servindo como um momento de diversão para os jornalistas, muito mais interessados no exotismo e pouco preocupados em entender, mesmo que brevemente, aquela cultura.

Na pesquisa nos jornais paraibanos não encontrei nenhuma referência da viagem de retorno do primeiro imperador ao Brasil. Mesmo na **Folha de São Paulo (Folha)**, a atenção dispensada à viagem do Funchal é bem menor do que o tratamento dado pelo **JB**. Ao que me parece, a tão propalada integração entre as diversas partes do território não era tão uniforme quanto se acredita à primeira vista. Nesse mesmo espaço de tempo a cidade de João Pessoa também se preparava para os eventos do dia 21, mas de outra forma. Na Paraíba, as notícias são ligadas aos festejos na própria capital.

O número de notícias também aumenta consideravelmente a partir do mês de abril. Boa parte delas retrata a maneira encontrada pelo governo do Estado – encarnado quase que exclusivamente na figura do seu governador, Ernani Sátiro – para marcar as comemorações, a principal característica foram os anúncios sobre obras e as suas respectivas inaugurações. Antes mesmo do início dos festejos oficiais, no aniversário de oito anos do golpe – nomeado, pelo governador, de revolução –, durante a inauguração de um conjunto habitacional que leva, até os dias de hoje<sup>2</sup>, o nome do Gen. Costa e Silva, Sátiro fala da maneira que o seu governo escolheu para comemorar o sesquicentenário:

Sinto-me feliz por ter incorporado também às comemorações do primeiro ano do meu governo todas estas obras, todas estas inaugurações, de modo que para o meu coração esta é uma festa grata em todos os aspectos: primeiro no aspecto profundamente brasileiro, pelos 150 anos da nossa independência, num sentido mais profundamente revolucionário, porque não sou nenhum revolucionário do dia, porque fui um revolucionário da véspera. E finalmente por ver as minhas 150 obras nos 150 anos da nossa independência, ou seja o meu trabalho para a nossa emancipação econômica, dentro da comemoração da nossa independência política (...)

Agradecendo a presença de todos que aqui compareceram, peço que todos elevem o coração para o alto abençoando a Revolução salvadora no dia em que comemoramos seu aniversário dentro deste grande quadro dos 150 anos de “Independência ou Morte” (Apud *Ernani inaugurou*, 3 mar. 1972, p. 3).

Em outro jornal da capital, o revolucionário de véspera, como se denomina Sátiro, diz: “a melhor maneira de se comemorar os 150 anos da Independência política do Brasil é entregando 150 obras aos paraibanos, para promover a emancipação econômica do Estado” (*Sátiro liga suas 150 obras aos 150 anos da Independência*, 4 abr. 1972, p. 12). Seu posicionamento favorável ao regime durou todo o seu governo e bem próximo do final do seu

<sup>1</sup> O Estado Novo português (1933-1974) tem o seu projeto de nação resumido por Fernando Catroga (2005, p. 169) da seguinte forma: “... no passado dar ‘novos mundos ao mundo’ (Camões); no presente, libertar o Ocidente da invasão dos novos infiéis – o comunismo ateu”.

<sup>2</sup> Na cidade de João Pessoa, além do já mencionado Costa e Silva, existem mais três bairros que têm seus nomes ligados à ditadura militar, são eles: Castelo Branco (1968), Ernesto Geisel (1978) e o Valentina de Figueiredo (1984), nome da mãe do último presidente militar.

mandato, já durante a distensão<sup>3</sup>, em uma nota publicada na revista **Veja**, ele se posiciona contrário aos novos caminhos apontados pelo governo Geisel:

Uma vez por semana o governador da Paraíba Ernâni Sátyro torna-se jornalista, escrevendo artigos para órgão oficial do governo do Estado, A União. No mais recente, proclamou: “Engana-se quem pensar que tudo isso (a Revolução) acabou. Cada povo pratica a democracia que merece. É preferível vê-la limitada a vê-la eliminada pelos seus inimigos, acuados, emboscados no seu próprio bojo. Em ambos os partidos”.

Na semana passada, no abandonado Palácio Tiradentes, no Rio, ele confirmou seus escritos aos jornalistas profissionais ali reunidos e fez outros comentários. E assim declarou considerar a melhor parte do recente discurso do presidente Ernesto Geisel exatamente aquela em que garante a manutenção do AI-5 em vigor (*Desencontros*, 22 jan. 1975, p. 12).

Mesmo levando em conta que essa fala se insere no período de início do fim da ditadura, e ainda existiam muitas vozes favoráveis à manutenção do modelo de Estado garantido pelo AI-5, essa caracterização de Sátyro, como um homem a serviço do regime, é útil para entender seu posicionamento durante as comemorações do sesquicentenário.

A programação das comemorações em João Pessoa já havia sido divulgada em fevereiro e anunciava que as festividades começariam no dia 21 de abril, como em todo o país, e não mais no dia 13 de março com uma palestra sobre a Revolução de 1817 (cf. *Ernani de posse do programa do Sesquicentenário*, 19 fev. 1972, p. 8). Nessa pequena disputa pelo que deveria ser lembrado e, conseqüentemente, também pelo que deveria ser esquecido naqueles dias, a pretensa memória nacional levou vantagem sobre a memória local.

No início de abril, mais precisamente no dia sete, foi divulgada a programação dos seis meses de festejos cívicos da capital do Estado da Paraíba. O mês de abril é marcado pelo Encontro Cívico Nacional, mas também tem um toque local com a inauguração de um farol da marinha na praia do Cabo Branco – evento marcado para a noite do dia 21. Entre os meses de maio e agosto, as comemorações continuam com esse contorno local, são inúmeras manifestações de menor porte, cito alguns: concurso de arranjos florais como motivos alusivos à Independência (maio); encontro de cantadores nordestinos, com temas ligados aos nomes de d. Pedro I, Epitácio Pessoa, Ernani Sátyro, entre outros (junho); exposição de arte sacra (julho); festival do folclore paraibano (agosto); demonstração de educação física em todas as cidades paraibanas (agosto) (cf. *Programa do Sesquicentenário*, 9 abr. 1972, p. 7). Nem mesmo a passagem dos restos mortais de Pedro I pela capital, entre os dias 7 e 8 de julho, mereceu menção. As festas só tornam a ganhar ares de grandiosidade em setembro.

É só no dia do Encontro Cívico Nacional que a simultaneidade acontece. O ponto alto é a mensagem presidencial divulgada por uma cadeia nacional de rádio e televisão. A ideia é que todos os cidadãos brasileiros deveriam, às 18:30h, do dia 21 de abril, parar o que estavam fazendo e participar desse ato de convergência. Nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo é dada ênfase ao fato da mensagem de Médiçi ter sido gravada em cores no Rio de Janeiro,

---

<sup>3</sup> A ideia de distensão marca o início do terceiro período da ditadura, como nos diz Mariana Joffily (2014, p. 133-134): “O terceiro segue de 1975 em diante, quando, em face do desgaste do regime militar e das pressões crescentes da sociedade civil, o general Ernesto Geisel (1974-1979) iniciou a política, no entanto, a segunda fase pode ser estendida até 1976, quando parte da cúpula do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi exterminada pelos órgãos de segurança e informação do Exército”. A distensão pode ser assim definida: “Em termos militares, uma retirada, ou seja, uma das operações mais complicadas e delicadas. Qualquer descuido, como se sabe, e a retirada viraria debandada. Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e em paz. Daí porque a distensão deveria ser, conforme Geisel anunciou em agosto de 1974, lenta, gradativa e segura. Lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas, de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e segura, sob controle, com a máxima segurança possível” (REIS, 2014, p. 57).

uma novidade para a época<sup>4</sup>. Na Paraíba, o sinal colorido ainda não havia chegado e mesmo existindo aparelhos nas lojas nenhum ainda havia sido vendido. Os aparelhos coloridos eram caros, custavam 8 mil cruzeiros à vista e 10 mil a prazo (cf. *Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora*, 11 abr. 1972, p. 7). Vale lembrar que o valor do salário mínimo na época era de Cr\$ 268,80.

Mesmo com a falta do colorido na cidade de João Pessoa, é preciso entender que, no século XX, a simultaneidade extrapola o espaço dos jornais e encontra no rádio e, posteriormente, nas redes de televisão um campo amplo para divulgar os preceitos da nação.

A mensagem foi reproduzida nos diversos jornais da época e também no livro do presidente da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, general Antonio Jorge Corrêa (cf. 1972, p. 34). Ela cumpre a missão de abrir as comemorações e, mais de uma vez, ressalta que o povo e os seus heróis anônimos são os responsáveis pela feitura da história. Esse é o discurso, mas na festa eles sempre aparecem como público e não como atores sociais. A parte que considero mais importante é quando Médici ressalta a ideia de que toda a comunidade brasileira está, literalmente, sintonizada naquele momento, nas suas palavras:

Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro com o signo das comemorações do sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e paz.

Nesse exato momento, ainda no Rio de Janeiro, 50 mil pessoas ouviam essas mesmas palavras no estádio do Maracanã. A matéria cita que esse público era formado por colegiais, fato que tira boa parte da espontaneidade dessa presença. Uma das principais atrações foi a disputa de um torneio de futebol, com crianças na faixa etária entre 10 e 11 anos, entre os quatro principais times da cidade. Antes de ouvirem a fala de Médici, um momento de tensão: uma briga em um dos setores do estádio. O entrevero não parece ter causado muitos problemas e a cerimônia continuou. Quando a mensagem soou nos autofalantes do estádio, o silêncio foi total, o barulho só retornou quando a mensagem terminou e os gritos de Brasil foram ouvidos (cf. *Cinquenta mil estudantes vão ao encontro cívico no Maracanã*, 22 abr. 1972, p. 5).

Na cidade de São Paulo, um pouco antes das 18:30h, uma multidão já se encontrava no estádio do Morumbi. Estavam lá para participar do Encontro Cívico, mas também para assistir a uma partida de futebol, válida pela Copa Libertadores da América, entre o São Paulo Futebol Clube e o Barcelona de Guayaquil (Equador), marcada para as 19:00h. Outro detalhe é que a entrada era franca e que o transporte coletivo também foi liberado. Dessa forma, garantia-se um grande público para a abertura da festa cívica. Os microfones do estádio anunciaram a fala de Médici, eram 18:28h, as quase cem mil pessoas aplaudiram e depois houve silêncio para ouvir os quase sete minutos de discurso (cf. *O hino nacional é cantado por cem mil pessoas*, 22 abr. 1972, p. 3).

O sucesso da primeira parte da cerimônia não se repetiu na segunda. A partida de futebol terminou empatada, um a um. O time do São Paulo abriu o placar, minutos depois perdeu um pênalti e, em seguida, levou o empate, tudo isso no primeiro tempo do jogo. Para

---

<sup>4</sup> A **Folha** publicou uma matéria só para exaltar o equipamento de alta tecnologia utilizado para essa gravação. Destaco o desfecho do texto: “Embora a Guanabara disponha de três emissoras de televisão, a escolha da TV Gazeta para realizar as gravações dos pronunciamentos do presidente ou ministros, foi feita com base em critérios essencialmente técnicos. O equipamento Marconi instalado no carro de transmissão é considerado um dos mais modernos do mundo, no momento, devido a sua forma compacta, permite ao veículo uma flexibilidade que não é encontrada nos das demais emissoras. Esse carro de transmissão pode acompanhar o presidente para qualquer parte do país e, do local, gerar sinais para a Embratel retransmitir para todo o território nacional” (*TV-Gazeta transmite fala do presidente*, 21 abr. 1972, p. 4).

piorar, ainda é dito que o time equatoriano não contava com os seus principais jogadores (cf. *São Paulo não consegue vencer o Barcelona*, 22 abr. 1972, p. 16). Sem dúvidas, uma decepção para quem foi ao estádio naquela noite.

Enquanto isso, em João Pessoa, era esperado um público de 50 mil pessoas na Praça da Independência. Algumas medidas foram tomadas para garantir a presença de um grande número de pessoas, a principal delas foi a gratuidade dos transportes público durante o período do Encontro cívico (cf. *Encontro cívico vai começar às 16 horas*, 20 abr. 1972, p. 3). Nos jornais também circularam notas convidando a população a participar dos festejos, sendo mais uma das iniciativas para atrair público. O texto a seguir exemplifica esse tipo de estratégia:

Sexta-feira os pessoenses, às 18:30 horas, na Praça da Independência, estarão unidos física e espiritualmente no Encontro Cívico Nacional a realizar-se em todas as cidades brasileiras, dando início às comemorações do Sesquicentenário da Independência.

Você também é responsável pelo desenvolvimento do país e vai ouvir a palavra do presidente Médici para todos os brasileiros, participar do hasteamento da Bandeira, cantar o Hino Nacional, ver à explosão dos fogos de artifício e se integrar nos atos religiosos exaltando a figura histórica de Tiradentes (*Marco extraordinário*, 18 abr. 1972, p. 3).

Pelas notícias veiculadas nos jornais parece que a programação foi cumprida a contento. A única disparidade foi em relação ao número de participantes, se a previsão era de 50 mil, apenas 20 mil participaram da solenidade naquele início de noite. Graças aos autofalantes instalados na praça, todos os presentes, pontualmente às 18:30h, ouviram a mensagem de Médici. Nos jornais é destacado o espetáculo pirotécnico, em verde e amarelo, que teve seu ápice com uma imagem de Tiradentes cercada por uma girândola (cf. *Povo foi à praça no Dia do Civismo*, 23 abr. 1972, p. 16).

É possível dizer, a partir dos fatos ocorridos nessas três cidades, que a tão desejada simultaneidade foi conseguida. Mesmo que as diferenças entre elas marquem cada uma das passagens do evento. Uma das que mais chamam atenção diz respeito aos lugares escolhidos para o encontro: nas duas cidades do Sudeste, os seus maiores estádios foram o palco das festividades, contando, ainda, com partidas de futebol para atrair mais público – destaque para o Morumbi e a partida da Copa Libertadores da América; já em João Pessoa, uma praça pública serviu de palco e nada de muito chamativo foi feito para aumentar o público. As diferenças estruturais são grandes. Cabe ressaltar que a capital paraibana ainda não tinha um grande estádio, o José Américo de Almeida Filho (mais conhecido como Almeidão) só foi inaugurado em 1975.

A participação popular merece atenção. É possível perceber a existência de incentivos dos governos das três cidades analisadas para que um número maior de pessoas estivesse presente nos eventos. Isso fica nítido no oferecimento de transporte gratuito e das partidas de futebol após os atos do Encontro Cívico. Porém, isso não significa, por mais que seja difícil de quantificar, que uma boa parte dessas pessoas não se entusiasmaram e se emocionaram com a programação cívica. Por outro lado, é também plausível afirmar que muitos dos que estavam presentes nas praças e nos estádios no dia 21 e nos momentos subsequentes do sesquicentenário não estavam lá para louvar diretamente o regime. Muitos pais, por exemplo, levavam seus filhos em busca de um programa familiar que os tirasse da rotina. As motivações que levaram as pessoas a saírem dos seus lares e os significados que foram atribuídos aos festejos são mais amplos do que a intenção dos organizadores.

Esse foi só o primeiro dia. No dia seguinte, outro grande evento começava: o retorno definitivo de d. Pedro I ao Brasil.

A primeira cidade a receber os restos mortais de d. Pedro I foi o Rio de Janeiro. Essa escolha fazia todo sentido, pois, além de ser a antiga capital, foi à cidade onde ele passou a maior parte da sua vida. Por isso, quem melhor narrou esses acontecimentos foi o **JB**.

No dia 22, às 10:30h, não por acaso, o dia que marca a chegada dos portugueses na terra que posteriormente chamariam de Brasil, os restos mortais de d. Pedro I foram desembarcados na cidade do Rio de Janeiro. O Funchal foi recebido pela corveta brasileira Piraquê e esta, por sua vez, levou a urna funerária até o cais improvisado na enseada da praia de Botafogo. Ao desembarcar, a urna foi levada para o Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial<sup>5</sup>. Um grande aparato militar se fez presente, juntamente com um grande número de crianças (cf. *Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I*, 23 abr. 1972, p. 3).

Uma das poucas ocasiões em que foi possível perceber a presença do grande esquema de segurança do evento ocorreu no trajeto para o monumento, na altura da Rua do Ouvidor, quando uma placa de alumínio, pesando 5 quilos, caiu do nono andar do prédio do Banco do Comércio e Indústria, fazendo muito barulho, e quase acertando um rapaz que passava por ali. Nesse instante, a Polícia Militar apareceu e procurou identificar o jovem. Nada é dito sobre o que aconteceu com ele e o texto volta a narrar o desfile da comitiva<sup>6</sup> (*Desfile pela Avenida Rio Branco foi rápido*, 23 abr. 1972, p. 28).

Ainda durante o trajeto, o jornal ouviu algumas pessoas reclamarem do fato de Médici e Américo Thomaz passarem em carro fechado<sup>7</sup>. As medidas de segurança não podiam ser

---

<sup>5</sup> O significado desse monumento para as nações modernas é dado por Anderson (2008, p. 35): “Não existem símbolos mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo do que os cenotáfios e os túmulos de *soldados desconhecidos*. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente *porque* estão vazios ou *porque* ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado. Para sentir a força dessa modernidade, basta imaginar a reação geral diante do sujeito intrometido que ‘descobre’ o nome do *soldado desconhecido* ou que insiste em colocar alguns ossos de verdade dentro do cenotáfio. Estranho sacrilégio contemporâneo! E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais”.

<sup>6</sup> Essa não era uma precaução descabida, como mostra Elio Gaspari (2002, Vol. II, p. 396-397), no ano de 1972 ainda existiam ações da guerrilha urbana: “O surto terrorista brasileiro nada teve de incruento. Afora os sequestros, depois de 1969 faltaram-lhe as sonhadas bases rurais e as ações espetaculares, mas abundaram as vítimas. Descontando-se os guerrilheiros do Araguaia, morreram em torno de duzentos quadros das organizações armadas que atuaram nas cidades. Essas organizações mataram 36 agentes anônimos da ordem. Boa parte deles eram soldados e cabos das polícias militares. Estavam na base da pirâmide social, mas sustentavam a ordem da ditadura. O mesmo não se pode dizer de cerca de quinze guardas de bancos, carros-fortes e estabelecimentos comerciais. Morreram na cena das ações terroristas pelo menos outras dez pessoas que nada tinham a ver com a segurança dos locais onde estavam. Eram bancários, comerciantes ou mesmo um cobrador de ônibus. Num cálculo conservador — excluindo-se casos em que as pessoas possam ter sido atingidas por tiros disparados pela polícia — as mortes ligadas a ações terroristas ficam em torno de setenta. A esse número devem-se somar onze vítimas deliberadamente selecionadas, como foi o caso de Boilesen. Pode-se estimar que, para cada cinco mortos na esquerda ligada a ações armadas nas cidades, essa mesma esquerda matou duas pessoas. O surto começara com atentados urdidos para matar o marechal Costa e Silva e o captor de Che Guevara [1966]. Terminou no segundo semestre de 1973 com o assassinato de um professor de história e de um dono de bar, ex-militantes da ALN e do PCB sobre os quais recaía a suspeita da traição. O foco urbano estava aniquilado em 1972. Ao longo desse ano, aquilo que restava da militância armada de cinco organizações praticara apenas oito ações. Já estavam assaltando até caixa de drogaria. Cinco anos de combates revolucionários destinados a produzir uma guerrilha em que se formaria o exército popular da revolução brasileira começaram e terminaram como Che Guevara advertira: ‘Se você começa roubando bancos, acaba virando assaltante de bancos’”.

<sup>7</sup> Não era para ter sido assim, segundo Adjovanes Almeida (2013, p. 280) a ideia inicial era que os governantes desfilassem em carro aberto, nas suas palavras: “As autoridades prepararam o cenário para que a chegada dos despojos de d. Pedro I fosse um evento grandioso. Assim, os organizadores planejaram que o presidente português, almirante Américo Thomaz, atravessaria a avenida Rio Branco em um carro aberto, acenando para as pessoas que ali estavam agitando bandeirinhas de Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo, a Federação das Associações Luso-Brasileiras convidava seus associados a comparecerem à avenida Rio Branco para saudar os presidentes Médici e Américo Thomaz”.

deixadas de lado, não há dúvidas que os momentos de maior exposição, como, por exemplo, um desfile em carro aberto, seria uma boa oportunidade para as ações dos chamados terroristas. Não deve ser esquecido que, em 1966, no aeroporto dos Guararapes (Recife - PE), houve um atentado à bomba, cuja intenção era matar o então candidato a governante do Brasil, o general Costa e Silva<sup>8</sup>.

Imediatamente após a passagem da comitiva é dito que tudo volta ao normal. A carreata cívica passa e o sentimento cívico segue com ela, sem deixar marcas naqueles que assistiam.

Ocorreu um considerável atraso, a chegada dos restos mortais ao monumento estava marcada para as 10:50h, mas só foi acontecer às 11:30h. Esse foi um dos motivos pelo qual algumas crianças, que aguardavam em pé a chegada da comitiva, passaram mal e precisaram de socorro médico. Saindo do monumento, a comitiva rumou para a Praça Tiradentes, chegando lá por volta das 12:10h, um coro de 1.200 crianças os recebeu com o hino da Independência. Da praça rumaram para o museu nacional, o primeiro lugar de exposição dos restos mortais (cf. *Junto à estátua, um coro canta*, 23 abr. 1972, p. 32).

Terminada essa primeira etapa uma nova começava, a da peregrinação dos restos mortais. Entre os dias 22 de abril e 6 de setembro a urna funerária percorreu todas as capitais brasileiras.

Para compreender melhor essa parte dos festejos, retorno para a cidade de João Pessoa. O desembarque foi no dia 7 de julho, ficando até o dia seguinte. Esse acontecimento foi amplamente divulgado nos jornais da capital paraibana. As páginas seguintes contam como foram esses dias.

Segundo os jornais, mais de 15 mil pessoas esperavam por d. Pedro I naquela manhã chuvosa. A síntese das notícias daquele dia 05 de julho é que a cidade parou para receber os despojos – como estava estampado na primeira página de **A União** (órgão oficial de imprensa do Estado da Paraíba). A cerimônia foi no período da manhã, no adro da igreja de São Francisco – uma das mais antigas e imponentes da capital. A cerimônia é marcada pela apresentação da Banda da Polícia Militar, que tocou os hinos de Portugal, do Brasil e, logo depois dos discursos das autoridades, encerrou a solenidade com o hino da Independência (cf. *Cidade pára e recebe os despojos de Dom Pedro*, 5 jul. 1972, p. 1). Para fugir um pouco da visão do Estado, uso um trecho do **Correio da Paraíba** para mostrar o comportamento da população:

Considerável massa popular motivou a invasão ao local onde estavam concentradas as autoridades e militares, prejudicando o trabalho de jornalistas e outras autoridades responsáveis pelo cerimonial de desembarque da urna.

O povo no aeroporto, vibrava de curiosidade, portando bandeirolas do Brasil e de Portugal, causando uma boa impressão à comitiva baiana que acompanhava os restos mortais do Imperador. Silêncio absoluto no momento do traslado para o carro de combate.

No aeroporto, o cerimonial foi rápido: dez minutos apenas, desde a chegada do avião até a saída do carro de combate para a capital, sem nenhum incidente. Apenas a invasão dos populares ao local das cerimônias, porque queriam ver de perto o

<sup>8</sup> Esse momento é narrado por Gaspari, no seu livro **A ditadura envergonhada** (2002, p. 240-241) (Volume I da série *As ilusões armadas*): “Havia gente querendo a revolução, disposta a matar para fazê-la. Um cidadão entrou na banca de jornais do saguão com uma maleta e saiu sem ela. Pouco depois o serviço de alto-falantes anunciou que o candidato, que estava em João Pessoa, tivera uma pane no avião e chegaria de automóvel a outro ponto da cidade. O jornalista notou a maleta deixada no chão e pediu a um guarda-civil que a levasse para a sala de achados e perdidos. O guarda apanhou-a e tinha dado uns poucos passos quando ela explodiu. Costa e Silva deveria ter chegado às 8h30. A maleta detonou às 8h50. Guardava uma bomba feita com um pedaço de cano e que fora acionada pelo mecanismo de um relógio. Morreram no aeroporto um almirante da reserva e um jornalista. O guarda teve a perna amputada, e o secretário de Segurança de Pernambuco perdeu quatro dedos da mão esquerda. Treze pessoas ficaram feridas, inclusive uma criança de seis anos”.

ataúde contendo os restos mortais de D. Pedro (*Restos de D. Pedro I recebidos na Paraíba com vibração popular*, 6 jul. 1972, p. 12).

Esse mesmo jornal, no dia seguinte, transcreve quase todo o discurso que Sátyro proferiu no adro da igreja. A fala se resume a uma série de elogios a diversos personagens históricos que ele nomeia de heróis. Cita, brevemente, dois baianos – Rui Barbosa e Castro Alves. Em seguida, volta a sua atenção para falar de alguns paraibanos que merecem destaque, especialmente Eptácio Pessoa – político paraibano, presidente da nação na época das comemorações do centenário – e Peregrino de Carvalho – jovem paraibano que lutou na chamada Revolução de 1817. Por último, aborda os denominados heróis nacionais – Tiradentes, Pedro I e Pedro II. O destaque é para Pedro I: “– Essa nossa Independência foi inclusive a ação de dom Pedro I. E então podemos, através da presença do Imperador, pelos seus restos mortais e imortais, dizer mais uma vez a Portugal: **continuemos unidos!**”<sup>9</sup> (*Sátyro: os despojos são uma ponte de sentimento*, 6 jul. 1972, p. 12. Grifos no original).

Essa interpretação de d. Pedro I cria a estranha ideia de que existiriam “restos imortais”, expressão que não parece fazer muito sentido. É o uso de frases de efeito para convencer o público de que aquele amontoado de palavras tem alguma mensagem significativa. É uma tentativa de criar comoção. Esse discurso clama pela continuidade, que é o traço mais marcante da versão de história propagada pelos festejos oficiais. Sátyro segue a cartilha das comemorações, não aparece uma vírgula fora do roteiro. Mesmo os eventos e os pretensos heróis locais, que poderiam servir para essa invenção, são colocados em segundo plano para a exaltação do nacional.

Depois de um périplo de mais de quatro meses, no início de setembro, o tão aguardado descanso de d. Pedro I parecia se aproximar.

O trajeto final, realizado no dia 2, foi do Estado da Guanabara para São Paulo, feito de trem com o intuito de poder revisitar os mesmos lugares pelos quais o príncipe regente teria passado antes da proclamação da Independência. Ao longo do caminho, o cortejo para no Santuário de Nossa Senhora Aparecida e na cidade de Pindamonhangaba, onde a comitiva pernitoou para, no dia seguinte, chegar à cidade de São Paulo (cf. CORRÊA, 1972, p. 58-59).

Entre os dias 3 e 6 de setembro a urna com os restos mortais ficou exposta na capital, no Palácio dos Campos Elíseos, aberto à visitação pública. Essa etapa foi marcada pela simplicidade no trajeto até o palácio, o número de pessoas nas ruas não era grande, algo em torno de 6 mil e, em sua maioria, colegiais – essa caracterização leva a crer que ocorreu uma articulação das escolas para que eles estivessem ali. O destaque maior, nesse momento, foi para a execução da marcha fúnebre de Chopin, executada pela banda da polícia militar que, segundo a matéria, emocionou os presentes no palácio (cf. *Urna de D. Pedro I já está nos Campos Eliseos*, 4 set. 1972, p. 10). Nesses dias houve visitação pública aos restos expostos no palácio.

O tão aguardado dia seis chegara, o primeiro imperador, 138 anos depois da sua morte, finalmente, terá o descanso eterno. A urna deixou o palácio no período da tarde e chegou ao monumento do Ipiranga às 16:10h, estavam presentes várias autoridades, o jornal destaca: o general Médiçi; o primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano; o governador de São Paulo, Laudo Natel; o prefeito da capital, Figueiredo Ferraz; o presidente da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, general Antonio Jorge Corrêa, entre outros. Também é dito que mais de cinco mil pessoas acompanhavam a solenidade (cf. *O corpo do imperador está no Ipiranga, para sempre*, 7 set. 1972, p. 14).

A cerimônia é minuciosamente descrita. O ritual também é marcado pela assinatura de alguns documentos: a transferência do Monumento do Ipiranga e da Casa do Grito que foram

<sup>9</sup> Esse discurso também pode ser encontrado vol. 3 das obras completas de Sátyro, com o título de **A energia que se chamou Pedro** (1994, p. 109-112).

doados ao patrimônio da União, antes administrados pelo poder municipal; a ata definitiva de doação dos restos mortais de d. Pedro I para o Brasil, assinada pelos governantes dos dois países. O discurso mais marcante foi proferido por Pedro Calmon. A matéria da **Folha** destaca o seguinte trecho:

Esta cerimônia exclui a morte; ela é uma comemoração da vida. O Ipiranga é o altar da Pátria e as pompas que acompanham o imperador são do Brasil inteiro que lhe agradece pelo grito dado 150 anos atrás: “Independência ou morte” (Ibidem)

Ao ler o discurso na íntegra (Apud CORRÊA, 1972, p. 66 e 70), nota-se que esse trecho é uma colagem de partes diferentes do último parágrafo da exaltação feita por Calmon, mantendo as frases originais. Transcrevo o desfecho do discurso destacando as frases usadas no texto da **Folha**:

Idealizamo-lo como os paulistas há 150 anos, garboso na montaria indócil, espada em punho, modelo arrogante de estátua que lhe perpetuaria o gesto, na hora certa, em que Deus e a História, num semicírculo de metais e ovações, a aguarda de honra – lhe ouviram o “grito” “Independência ou Morte”. **Esta cerimônia exclui a morte. É a comemoração da vida.** Desvaneceu-se no panorama e na memória a guarda de honra. Cerca-o uma possante palpação de progresso. **O Ipiranga é o altar da pátria** guardado, de todos os lados, pela vida estuante da Cosmópole, que o cinge de prosperidade e grandeza. Aqui, repousará D. PEDRO I o sono dos criadores de pátria. Para estes, o sonho é a realidade. Montam-lhe sentinela aos sagrados despojos os que o ajudaram a fazer soberano o Brasil. Seu túmulo é o pedestal do monumento. Recolhe-se, com as honras triunfais, ao esdrúsculo das glórias brasileiras. Este é o trono que a versatilidade da fortuna lhe preservou; imperador que passa, império que fica. Eterna majestade de sete de setembro – o imperador retorna assim ao solo querido. As cores que o festejam são do auriverde pendão que nos deu outrora. As **pompas que o acompanham são do Brasil inteiro, que lhe agradece.** O hino que o conduz é o hino da Independência. “Por guarda de honra, dois povos livres”, bradou o poeta [Castro Alves, no poema A visão dos mortos]. Aqui se acham, para dizer-lhe o que fez o Brasil de 150 anos de vida; desde as 4 horas da tarde, do rutilo dia em que, destas alturas, **gritou o Príncipe, “Independência ou Morte”** (Ibidem, p. 70. Grifos meus).

Já o **JB**, que também tomou a liberdade de transcrever partes do discurso, fez uma adaptação diferente do texto original: “não se realiza aqui o ritual da morte, mas o culto da liberdade pelo seu autor” (*Urna fica na capela do monumento*, 7 set. 1972, p. 38). Outra parte do discurso de Calmon que é digna de nota é quando ele diz que “a Independência é o divino instante do encontro” (Apud CORRÊA, 1972, p. 70).

Com o sepultamento completado, cabe agora questionar: qual é o sentido de nação representado por esse encontro no principal lugar de memória<sup>10</sup> do Sesquicentenário?

<sup>10</sup> Esse conceito foi elaborado por Pierre Nora (1981, p. 12-13): “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”.

Representa o encontro de uma nação manietada, que se apresenta como um drama – por mais que, vez ou outra, o enredo aponte para uma comédia. O poder não age apenas pela força, não age apenas pela razão, ele também precisa emocionar, ele precisa produzir imagens que emocionem o seu público – no caso da festa cívica, esse público aparece como os diversos membros da nação<sup>11</sup>. É possível dizer que “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeito, entre os quais os que se comparam as ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, p. 6).

Essa teatralidade política é acentuada pelo mito do herói, nesse caso, d. Pedro I. Usa-se o espetáculo para tentar fazer com que aquele momento entre para a história. Dessa forma, as junções de partes diferentes do discurso de Calmon ou as imprecisões na transcrição do mesmo não são um problema, porque elas mantêm o jogo da encenação. O objetivo é colocar a nação inteira em situação cerimonial, com a imprensa tendo um papel importante na divulgação e também na criação desse feito. O que se pretende é causar emoção e, com ela, a adesão do grande público que assiste a esse espetáculo a um determinado projeto de nação.

Tudo levava a acreditar que o sepultamento no Ipiranga seria o ponto final, mas não foi. Quatro anos depois, a **Folha**, em uma nota de primeira página, falava sobre a exumação da urna que continha os restos mortais de d. Pedro I (*D. Pedro I definitivamente no Ipiranga*, 5 set. 1976, p. 1). Porém, não explicava os motivos de tal ato. Depois de uma pequena busca, uma notícia do **Estado de São Paulo** revelou o motivo:

O conjunto formado por um caixão de chumbo com as armas de Portugal colocado dentro de outro caixão, esse de madeira, era oito centímetros maior do que o sarcófago que deveria contê-lo, e como as autoridades portuguesas não autorizaram sua redução, foi preciso desmontar o sarcófago da cripta e aumentá-lo, para que recebesse o conjunto vindo de Portugal<sup>12</sup> (*Depositados no Ipiranga restos mortais de D. Pedro*, 5 set. 1976, p. 27).

Esse erro de projeto não foi noticiado em 1972. Dessa forma, foi retirada um pouco da pompa que revestiu o evento de 1972. É possível imaginar, com um certo ar cômico, a dificuldade pela qual passaram os responsáveis pelo depósito do caixão no sarcófago durante a inumação do sesquicentenário. A inumação nada teve de eterna.

Quatro anos depois, corrigidos esses oito centímetros, os restos mortais do primeiro imperador puderam, finalmente, ter o seu merecido descanso.

---

<sup>11</sup> Essa formulação é inspirada no livro **O poder em cena**, de Georges Balandier (1982, p. 7), a passagem a seguir sintetiza o meu uso dessa ideia: “O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo. Logo que a dramaturgia política traduz a formulação religiosa, ela faz uma réplica da cena do poder ou uma manifestação do outro mundo. A hierarquia é sagrada - como o diz a etimologia - e o soberano depende da ordem divina, dela fazendo parte ou recebendo o seu mandato. Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança”.

<sup>12</sup> Essa matéria foi encontrada graças a sua menção no texto **Oito centímetros impediram sepultamento de Pedro I**, de Liz Batista (14 dez. 2014, s/p).

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

- Cidade pára e recebe os despojos de Dom Pedro. **A União**, João Pessoa, p. 1, 5 jul. 1972.
- Cinquenta mil estudantes vão ao encontro cívico no Maracanã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 22 abr. 1972.
- CORRÊA, Antonio Jorge. **As comemorações do Sesquicentenário**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.
- D. Pedro I definitivamente no Ipiranga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 5 set. 1976.
- Depositados no Ipiranga restos mortais de D. Pedro. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 27, 05 set. 1972.
- Desencontros. **Veja**, São Paulo, nº 333, p. 22, p. 12 jan. 1975.
- Desfile pela Avenida Rio Branco foi rápido. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 28, abr. 1972, p. 28.
- Encontro cívico vai começar às 16 horas. **A União**, João Pessoa, p. 3, 20 abr. 1972.
- Ernani de posse do programa do Sesquicentenário. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 8, 19 fev. 1972.
- Ernani inaugurou. **A União**, João Pessoa, p. 3, 3 mar. 1972.
- Instituto Histórico e geográfico ouve Valadão e comemora o fico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 9 jan. 1972.
- Junto à estátua, um coro canta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 32, 23 abr. 1972.
- Marco extraordinário. **A União**, João Pessoa, p. 3, 18 abr. 1972.
- Médici recebe os restos mortais de Dom Pedro I. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 abr. 1972.
- MIRANDA; BORGES; TEIXEIRA. “Funchal” fez sua viagem histórica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 30, 24 abr. 1972.
- Ninguém comprou tv a cores e lojas culpam preço e a repetidora. **A União**, João Pessoa, p. 7, 11 abr. 1972.
- O corpo do imperador está no Ipiranga, para sempre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 07 set. 1972.
- O hino nacional é cantado por cem mil pessoas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 22 abr. 1972.
- Povo foi à praça no Dia do Civismo. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 16, 23 abr. 1972.
- Programa do Sesquicentenário. **A União**, João Pessoa, p. 7, 09 abr. 1972.
- Restos de D. Pedro I recebidos na Paraíba com vibração popular. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 6 jul. 1972.
- São Paulo não consegue vencer o Barcelona. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 16, 22 abr. 1972.

Sátyro liga suas 150 obras aos 150 anos da Independência. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 4 abr. 1972.

Sátyro: os despojos são uma ponte de sentimento. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, p. 12, 6 jul. 1972.

TV-Gazeta transmite fala do presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 21 abr. 1972, p. 4.

Urna de D. Pedro I já está nos Campos Eliseos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 4 set. 1972.

Urna fica na capela do monumento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 38, 7 set. 1972.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BALANDIER, Georges. **O Poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

BATISTA, Liz. **Oito centímetros impediram sepultamento de Pedro I**. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,oito-centimetros-impediram-sepultamento-de-pedro-i,8904,0.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. I.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. II.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p 129-239.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Iara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Educ, 1981, p. 7-28.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SÁTYRO, Ernani. A energia que se chamou Pedro. In: \_\_\_\_\_. **Tradição e renovação** (discursos). Patos – PB: 1994, p. 109-112.